

Aspectos institucionais da Gestão de Recursos Hídricos para uma adequada prevenção de desastres naturais na bacia do Itajaí

Prof^a. Dra. Noemia Bohn
Centro de Ciências Jurídicas



www.furb.br

Tópicos

- **Dificuldades na implementação da Gestão de Recursos Hídricos em Santa Catarina**
- **Medidas tomadas pelo Governo em relação ao desastre de novembro de 2008**
- **Solicitação do Comitê do Itajaí ao CNRH**

Dificuldades na implementação da Gestão de Recursos Hídricos em Santa Catarina

Lei nº 9.433/97

Política Nacional de Recursos Hídricos

Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Fundamentos

Domínio Público

Valor Econômico

Uso Prioritário

Uso Múltiplo

Bacia Hidrográfica

Gestão Descentralizada e Participativa

Objetivos

Desenvolvimento Sustentável

Prevenção e Defesa contra Eventos Hidrológicos Críticos

Diretrizes

Quantidade/Qualidade

Adequação às Diversidades Físicas...

Integração Gestão Ambiental

Articulação Uso do solo

Instrumentos

Planos de Rec. Hídricos

Enquadramento

Outorga

Cobrança

Sistema de Informações

Conselho Nacional de Rec. Hídricos

Agência Nacional de Águas

Conselho Estadual de Rec. Hídricos

Órgãos Públicos Relacionados a Recursos Hídricos

Comitês de Bacia

Agências de Água

**Sistema Estadual de
Gerenciamento de
Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 9.022/93**

**Conselho Estadual
de Rec. Hídricos**

**Secretaria de Estado
de Des. Social**

Núcleos Técnicos

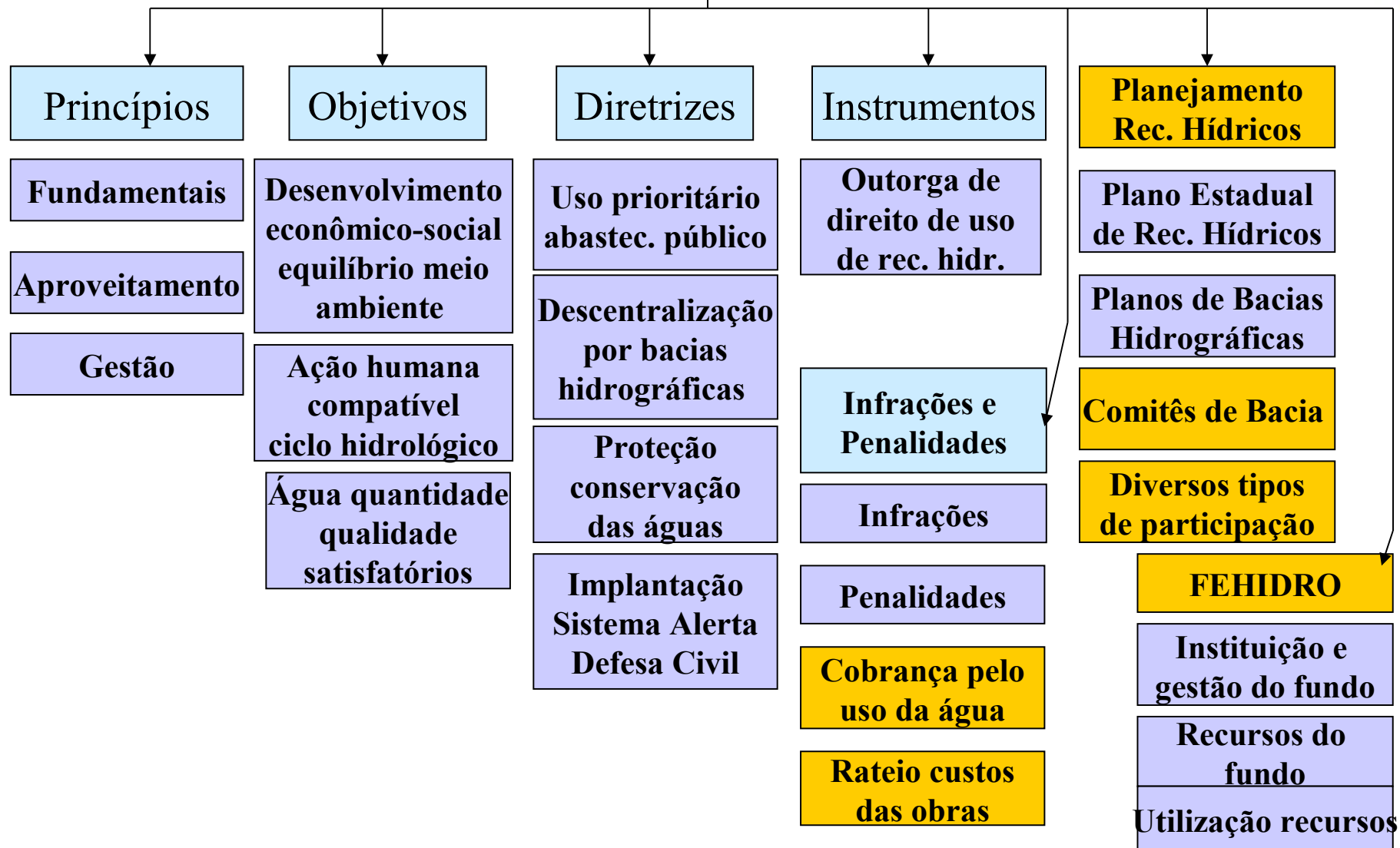
**Órgãos Setoriais
de Apoio e
Execução**

**Comitês de Bacia
Hidrográfica**

Agência de Bacia

Política Estadual de Recursos Hídricos

Lei nº 9.748/94



Lei nº 9.433/97

Art. 38 – Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes**
- II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos**
- III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia**
- IV – acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.**

Lei nº 9.748/94

Art. 27 – Compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas:

- I – elaborar e aprovar a proposta do Plano da respectiva bacia hidrográfica e acompanhar sua implementação
- III – aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos em serviços e obras de interesse da bacia hidrográfica, tendo por base o Plano da respectiva bacia
- VII – compatibilizar os interesses dos diferentes usuários da água, dirimindo, em primeira instância, os eventuais conflitos

- X – realizar estudos, divulgar e debater, na região, os programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade, definindo objetivos, metas, benefícios, custos, riscos sociais e ambientais**
- X – fornecer subsídios para elaboração do relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica**
- XII – solicitar apoio técnico, quando necessário, aos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.**

Alguns problemas identificados

- **Problemas na condução do CERH**
- **CERH não é chamado a opinar sobre a aplicação dos recursos do FEHIDRO**
- **Priorização das ações da SDS à revelia dos fundamentos da política (participação e descentralização) e do Sistema de Recursos Hídricos**

Alguns problemas identificados

Exemplos:

- Outorgas e RDHs independentes de um plano estadual de RH, e sem observar diretrizes dos planos de bacia em construção
- Comitês não são convidados para audiências públicas de empreendimentos hidrelétricos
- O Comitê do Itajaí decidiu, em 2007, que qualquer parecer sobre a implantação de hidrelétricas dependeria de uma avaliação ambiental integrada da bacia. Até hoje não houve parecer do CERH a respeito
- Potencial aumento do risco de enchentes devido a hidrelétricas em cascata, no caso do rio Itajaí-açu, enquanto a sociedade discute formas de redução do risco de desastres naturais
- Manifestações públicas de hostilidade, por parte de integrantes da Diretoria de Recursos Hídricos, a membros de comitês de bacia
- Não implementação do Acordo de Cooperação Técnica do SISTEMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE CHEIAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ:

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº /2006 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI E DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SDS, DO DEINFRA, DA EPAGRI, DAS SDR DE IBIRAMA, SDR DE RIO DO SUL E SDR DE ITUPORANGA, A AMAVI, A AMMVI, A AMFRI, OS MUNICÍPIOS DE BLUMENAU, RIO DO SUL E ITAJAÍ, A FURB, A FUNDAÇÃO AGÊNCIA DE ÁGUA DO VALE DO ITAJAÍ E O COMITÊ DO ITAJAÍ, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELATIVAS AO APRIMORAMENTO E MANUTENÇÃO DO “SISTEMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE CHEIAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O presente Acordo tem os seguintes objetivos específicos:

- I – organizar um **arranjo institucional** visando definir um modelo gerencial para fins de operação, manutenção, monitoramento e custeio do Sistema de Prevenção e Controle de Cheias da Bacia do Rio Itajaí, definindo a responsabilidade de cada um dos órgãos, instituições e prefeituras envolvidas, de forma a garantir os recursos necessários à sustentabilidade plena do Sistema
- II – cooperar tecnicamente para a ampliação, modernização e manutenção da rede hidrometeorológica da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí
- III – cooperar tecnicamente para gerar dados seguros e confiáveis para atender ao sistema de alerta e também ao monitoramento, à pesquisa e à gestão de recursos hídricos

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- IV – cooperar tecnicamente para aprimorar o sistema de aquisição de dados hidrometeorológicos da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí para previsão de vazões/níveis, visando à operação integrada das barragens de contenção de cheias e as ações da Defesa Civil
- V – cooperar tecnicamente para desenvolver e operacionalizar um sistema integrado de informações em tempo real para monitoramento e gestão da rede, com o objetivo de gerar produtos para a tomada de decisão e difusão de informações de utilidade pública
- VI – cooperar tecnicamente para a restauração, reposição, manutenção e operação das barragens de contenção de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí com o objetivo de minimizar os efeitos das cheias nas cidades ribeirinhas.

Dificuldades associadas ao ACT
Ofício CERH

Medidas tomadas pelo Governo em relação ao desastre de novembro de 2008

Grupo de Reação

Decreto Estadual nº 1940/2008

Art. 1º - Fica instituído o GRUPO DE REAÇÃO à situação de emergência e ao estado de calamidade pública que se abateu sobre municípios integrantes de microrregiões catarinenses com a competência de assessorar o Governador do Estado na definição das prioridades relativas à reconstrução dos danos causados pelas chuvas verificadas no Estado

Art. 5º - Compete ao GRUPO DE REAÇÃO:

I – analisar todos os planos, projetos e programas estaduais a serem submetidos à União para alcance dos recursos federais cujos créditos extraordinários foram abertos pela MP nº 448/2008, visando à otimização e definição da ordem de prioridades

Competências (continuação artigo 5º)

- II – analisar todos os planos, projetos e programas que forem submetidos ao Governador do Estado;**
- III – adequar ações visando a melhor aplicação de recursos orçamentários, financeiros e técnicos destinados pelo Governo Federal;**
- IV – articular-se com entidades públicas ou privadas envolvidas com investimentos necessários aos municípios afetados pelas chuvas em Santa Catarina; e**
- V – analisar e aprovar o Plano de Reação a ser elaborado por sua Secretaria Geral.**

Grupo Técnico Científico - GTC

O GTC é a equipe multi-institucional e multidisciplinar vinculado ao Grupo de Reação, voltado à Prevenção, instituído pelo Decreto nº 1940/2008, bem como pelo Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do Estado e Instituições Públicas e Universidades de Santa Catarina em 17/12/2008.

Instituições Participantes:

FAPESC, EPAGRI/CIRAM, SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DEFESA CIVIL ESTADUAL, UFSC, UNISUL, UNIVILLE, FURB, UNIVALI, UDESC, UNIPLAC, CREA, STAC, IBGE, INMET, MINISTÉRIO DAS CIDADES, CPRM.

OBJETIVOS DO GTC

- 1. Avaliação técnica e científica das diferentes catástrofes naturais ocorrentes em Santa Catarina**
- 2. Proposição de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico e científico de natureza preventiva que visem a redução dos efeitos produzidos pelas catástrofes naturais recorrentes**
- 3. Subsidiar o Governo com dados científicos relevantes para elaboração de instrumentos legais que contribuam para a efetiva conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina**

O GTC reunir-se-á ordinariamente a cada 15 dias. No prazo de 6 meses deverá apresentar relatório contendo a avaliação e identificação das principais causas, efeitos e ações preventivas às catástrofes naturais de Santa Catarina.

Principais ações a serem executadas

1. **Ações Estruturantes (estruturar e fortalecer o sistema técnico-científico)**
2. **Ações de Avaliação Técnica e Científica**
3. **Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**
4. **Políticas Públicas Preventivas (Subsídio à Defesa Civil)**
5. **Formação e Capacitação**

Ações de Avaliação Técnica e Científica

Além de catalogar e utilizar diagnósticos e levantamentos já realizados, o GTC poderá priorizar e viabilizar novos estudos específicos.

Também serão realizados projetos específicos de soluções aos problemas das catástrofes naturais (Exemplos: **Canal extravasor do Rio Itajaí/JICA, sistemas de alerta, desassoreamento do Itajaí Mirim...).**

Desdobramentos

1. Ante a falta de visão integrada da bacia hidrográfica para definição de ações de prevenção de desastres naturais, o Comitê do Itajaí promoveu uma reunião na ALESC em maio sobre a sua concepção de gerenciamento de enchentes e suas críticas ao Projeto JICA.
2. Na sequência, o GTC promoveu uma oficina de trabalho para Avaliação Técnico-Científica de Propostas de Prevenção às Catástrofes Naturais da Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí, e constituiu um Comitê Técnico de Avaliação, que conta com representação importante das organizações da bacia, para a elaboração, em 3 meses, de um plano de prevenção de desastres naturais da Bacia do Itajaí.

Solicitação do Comitê do Itajaí ao CNRH

Que o CNRH designe representante para acompanhar os trabalhos deste Comitê Técnico de Avaliação, de forma que o plano a ser elaborado esteja alinhado com os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, notadamente nos aspectos legais e institucionais, visando à coerência das ações do plano e ao fortalecimento do SINGREH.

Obrigada pela atenção!

noemia@furb.br